

**A DEFESA DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XVIII  
OU UM MURO QUE DESAPARECEU E UM MORRO EM CONFLITO**  
**THE DEFENSE OF RIO DE JANEIRO IN THE EARLY EIGHTEENTH CENTURY  
OR A WALL THAT DISAPPEARED AND A HILL IN CONFLICT**

**FRANCISCO JOSÉ CORRÊA-MARTINS** | Mestre em geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; professor assistente do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**RESUMO**

Tendo como foco o Plano de Defesa do Rio de Janeiro de 1714, este trabalho enfoca algumas das construções projetadas, como o grande muro que desapareceu sem deixar vestígios e a fortaleza da Conceição, construída na vizinhança do antigo palácio episcopal, duas edificações tão distintas que evoluíram de uma vizinhança forçada para uma união indissolúvel nos dias de hoje.

*Palavras-chave: plano de defesa do Rio de Janeiro de 1714; fortaleza da Conceição; palácio episcopal; cartografia histórica.*

**ABSTRACT**

Focusing on the Defense Plan of Rio de Janeiro in 1714, this paper analyzes some of the projected buildings such as the great wall that disappeared without a trace, and the fortaleza da Conceição, built in the vicinity of the former episcopal palace, two edifications as distinct which evolved from a forced neighborhood for an indissoluble union today.

*Keywords: Defense Plan of the Rio de Janeiro 1714; fortaleza da Conceição; episcopal palace; historical cartography.*

**RESUMEN**

Centrándose en el Plan de Defensa de Río de Janeiro en 1714, este trabajo enfoca en algunas de las construcciones concebidas como el gran muro que desapareció sin dejar rastro, y la fortaleza de Concepción, construida cerca del antiguo palacio episcopal, dos edificios tan distintos que evolucionaron a partir de una proximidad obligada a una unión indisoluble hoy.

*Palabras clave: Plan de Defensa del Río de Janeiro 1714; fortaleza da Conceição; palacio episcopal; cartografía histórica.*

## INTRODUÇÃO

O ano em que a cidade do Rio de Janeiro comemorou seus 450 anos de fundação, marcou também para a fortaleza da Conceição, localizada no alto do morro do mesmo nome, o tricentenário do término de sua muralha, como se pode ver, esculpido na pedra, no alto de seu velho portão. Em ambiente de tranquilidade, cercada por casas, sobrados e prédios, fica difícil entender hoje qual a razão de sua construção, ainda mais por estar nas proximidades de outra edificação colonial de destinação bem distinta, o antigo palácio episcopal.

Neste trabalho, examinaremos as defesas ideadas para a cidade do Rio de Janeiro, após as agressões francesas, elaboradas a partir de um plano apresentado em 1714, em que a grande novidade era a construção de um muro para isolar o acesso a partir do interior à cidade, do qual sobraram apenas documentos e referências muitas vezes desconhecidos. Aquele muro seria protegido pela fortificação citada, a qual, porém, foi construída em uma área pertencente à Igreja Católica, onde o bispo do Rio de Janeiro residia. O início da coexistência do palácio episcopal e da fortaleza da Conceição foi marcado por uma questão que, como veremos adiante, talvez deva ser entendida de forma distinta daquela que até agora tem sido aceita, e cuja convivência passou por várias peripécias, até chegar aos dias atuais.

### O PROJETO DE DEFESA DO RIO DE JANEIRO DE 1714: ENTRE O IDEADO E O REALIZADO

Após o ataque bem-sucedido de René Duguay-Trouin à cidade do Rio de Janeiro, em setembro de 1711,<sup>1</sup> o governo português decidiu, através da carta régia de 17 de junho de 1712, “por ser conveniente a meu serviço o fortificar-se o Estado do Brasil em forma que fique com toda a defesa necessária”, enviar João Massé<sup>2</sup> “com o posto que tem de brigadeiro de infantaria ao Rio de Janeiro para examinar e reparar as fortificações daquela capitania e fazer as mais que forem necessárias para defesa e conservação dela; e feita esta diligência passará a fazer a mesma na Bahia e Pernambuco”, recebendo “noventa mil réis de soldo por mês, que é dobrado do que lhe compete com o dito posto de brigadeiro”.<sup>3</sup>

Aquele militar estava na península ibérica desde 1705, quando foi proposta e aceita sua nomeação para oficial do exército português (Viterbo, 1904, p. 154), no contexto da guerra da sucessão espanhola (1702-1713), tendo atuado no cerco e tomada da cidade castelhana

---

1 Sobre esse ataque há o relato do próprio Duguay-Trouin (1746), além de outras obras mais recentes (por exemplo, Fragoso, 2004; Castro, 2009).

2 Ou seja, ele não veio “à Colônia como especialista em castramentação (sic)”, como equivocadamente afirmou Moreau (2011, p. 229). Partindo-se da definição de castrametação ou castrametação então vigente (Bluteau, 1712b, p. 192), verifica-se que tal coisa era uma parte ínfima das tarefas de João Massé no Brasil.

3 Arquivo do Conselho Ultramarino, liv. 12 de *Offícios*, fol. 236 v (apud Viterbo, 1904, p. 154). Portanto, o brigadeiro fora enviado para “examinar e reparar as fortificações”, e não para ser “consultor” (sic) dos projetos de fortificações (Oliveira, 2004, p. 138; Moreau, 2011, p. 229), pois não era “arquiteto” e nem veio como “mestre de obras”, como escreveu Passos (1962, p. 78), e muito menos para “ajudar a combater as invasões francesas”, como Silva escreveu em seu livro no verbete “Fortaleza” (2014, p. 209).

de Albuquerque, e, em 1711, participou da defesa da cidade portuguesa de Campo Maior, assediada por mais de mês pelos espanhóis que, ao final, retiraram-se sem conseguir tomar a praça portuguesa, façanha pela qual os defensores foram premiados pelo rei, inclusive Massé, a quem “mandou dar uma joia” (Souza, 1741, p. 142, 149-173, 175 e 176).

Naquela época, a engenharia militar, que era entendida como a “arte de fortificar, e de atacar, e defender as praças”, estava em seu início, e muitos oficiais, embora não formados em escolas militares, eram práticos nela, tal como no caso de João Massé, que era francês e oficial de infantaria (Fortes, 1729, p. 431).<sup>4</sup> Pode soar estranho, mas até a primeira metade do século XIX ainda era comum a presença de oficiais estrangeiros nas tropas portuguesas, mesmo que fossem oriundos de uma nação momentaneamente inimiga, sendo essa uma prática comum nos exércitos europeus.<sup>5</sup> Foi assim que, após o término do conflito, e credenciado por suas ações, o então tenente-coronel de infantaria João Massé recebeu patente de brigadeiro, para “servir no Brasil”.<sup>6</sup>

Contudo, ele só chegou ao Rio de Janeiro em junho de 1713,<sup>7</sup> após uma viagem complicada, em que uma tempestade dispersou a frota em que vinha,<sup>8</sup> o deixou adoentado por alguns meses, ao mesmo tempo em que já se ordenava que João Massé seguisse para a Bahia,<sup>9</sup> onde chegou no final de maio de 1714 (Oliveira, 2004, p. 138).

A incapacidade temporária do brigadeiro Massé não impediu que o governador da capitania, Francisco de Távora, tomasse a frente das obras consideradas necessárias (Corrêa-Martins, 2014). Assim, em agosto de 1713, Távora informava ao rei que enquanto aguardava a recuperação de Massé, mandara “continuar com a fortaleza de S. Sebastião, e quebrar pedra, e juntar materiais p.<sup>a</sup> o referido efeito”, indicando ainda os locais que necessitavam ser fortificados, como “no Alto da Sê senaõ escuza hum forte com huma linha de comunicação p.<sup>a</sup> S. Sebastião: o alto da Conceição he tão bem necessario ser occupado com outro, e assim mesmo o de S. Antonio”, que a ilha das Cobras “he a parte mais propria de se fazer huma fortaleza Real, e esta servirá de cidadela porque della fica a artelheria, e mosqueteria enfiando todas

---

4 Ou seja, as afirmações de Oliveira (2004, p. 138-139 e 212; 2011, p. 162) de que João Massé era “de origem inglesa (possivelmente batizado John Massey)”, ou sobre “um aportuguesamento do nome Massey, que o próprio militar assumiu na sua assinatura”, não se sustentam.

5 A afirmação de Oliveira (2004, p. 212), que “aliás, um personagem de origem francesa seria suspeitíssimo naquela quadra!”, ignorou completamente o testemunho contemporâneo de Fortes (1729, p. 431). E, segundo Sequeira (1922, p. 378), Massé era um herege.

6 Decreto de 8 de maio de 1712, “Mandando passar patente de brigadeiro com soldo dobrado, sem gratificação, a um tenente-coronel de infantaria, para servir no Brasil” (Chaby, 1874, p. 80). Portanto, é um equívoco de Pessôa; Bicalho (2007, p. 37) afirmarem que o rei “contratou o engenheiro militar Jean (sic) de Massé”, desconhecendo que o mesmo já estava a serviço de Portugal desde 1705.

7 Ele foi registrado no Rio em 9 de junho, de acordo com Oliveira (2004, p. 138). Portanto, ele não foi “enviado ao Rio de Janeiro” em 1712 como erroneamente escreveu Salomon (2003, p. 150).

8 “As duas charruas que aqui [em Salvador] vieram arribadas, supponho têm já chegado a esse porto, e que Vossa Senhoria estará entregue do seu fato e mais trastes que nelas iam”. Carta que se escreveu ao brigadeiro João Massé, 21 de julho de 1713, pelo vice-rei Pedro de Vasconcelos. Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos – Portarias 1721-1722, Cartas de Ofício 1704-1717*, v. 70, 1945, p. 157.

9 Em agosto ele ainda estava doente (Corrêa-Martins, 2014).

as ruas desta cidade”, que a ilha da Lage seria uma das principais, para barrar o acesso de navios inimigos à baía. Relatava ainda que “taõbem discorremos em fechar esta Cid<sup>e</sup>, fazendo lhe hum simples muro ao redor (sic), o que serâ muy conveniente p.<sup>a</sup> se conseguir, porque ao mesmo tempo se evita a dezerção dos Soldados para as minas, e fazeremse delictos, que nella [i.e. na cidade] se cometem, que como he aberta, logo que os fazem fogem p.<sup>a</sup> o mato<sup>10</sup> onde he muito defícil hir buscar os agressores”.<sup>11</sup>

Essa correspondência de Távora antecipa parte do que consta na “Relação de todas as fortificaçoens e reparaçoens necessarias para a conseruação e defesa da Cidade de Saõ Sebastiaõ do Rio de Janeiro e de seu porto, referidas as plantas que vão a parte”,<sup>12</sup> de 1º de maio de 1714, o que demonstra que o plano teve dupla autoria, do governador Francisco de Távora e do brigadeiro João Massé, como já exposto por Corrêa-Martins (2014), de forma distinta ao que era entendido até então. Em fins de 1713, o governador Francisco de Távora informou ao rei, quando enviou as plantas das fortificações do Rio de Janeiro, “q’ a fortaleza q’ se faz no monte da Conceição, vay ja embons termos eo muro da Cid.<sup>e</sup> Se precipia ja”.<sup>13</sup>

Na relação de 1714, por vezes referida como “Plano de defesa” ou “Plano de fortificações” do brigadeiro João Massé, a defesa do Rio de Janeiro foi abordada e exposta em três partes, a saber, fortalezas da barra, ilha das Cobras e da cidade propriamente dita, lembrando que as duas invasões que o Rio de Janeiro sofrera por parte dos franceses tinham demonstrado a necessidade de que a cidade fosse “fortificada pela banda de terra”, a qual considerava dominada por “cinco outeiros”, que eram a “ilha das Cobras” (sic) e os montes de São Sebastião, Santo Antônio, São Bento e da Conceição.

Enfocando a obra que mais causaria impacto na cidade, ou seja, o muro, vemos que teria a “altura de vinte e quatro palmos [5,28m] do sapato (sic) ao cordão que hé bastante contra emprezas de escalladas, e fazer-se um parapeito em cima, alto, de sete palmos [1,54 m] e grosso de tres [0,66m]” e que se estenderia, de acordo com a “Planta da Cidade de Saõ Sebastiaõ do Rio de Janeiro, com súas fortifficaçoins”,<sup>14</sup> entre o morro de São Sebastião, que já estava fortificado, e o morro da Conceição, que “tem ja suas obras [das muralhas] postas em taõ boa altura que não será necessario darmos regras para se acabarem, [sendo que] outras

---

10 Ou seja, muito antes da Guerra do Paraguai (1864-1870), o “mato” já era o refúgio de militares e outros transgressores.

11 Carta do governador Francisco de Távora, sobre as fortificações do Rio de Janeiro, de 16 de agosto de 1713. *An. Bibl. Nac.*, v. 39, d. 3.308, p. 332.

12 *An. Bibl. Nac.*, v. 39, d. 3.323, p. 334-335 – AHU\_CU\_017-01, cx. 16, d. 3.323. Há uma transcrição integral em Ferrez (1972, p. 210-215). A assinatura nesse documento não é do brigadeiro João Massé (Corrêa-Martins, 2014).

13 Carta do governador Francisco de Távora, remetendo as plantas das fortificações, com pareceres dos engenheiros. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1713. *An. Bibl. Nac.*, v. 39, d. 3.307, p. 332. E não como afirmou Fazenda (1921, p. 343), que a fortaleza começou em 1715.

14 *An. Bibl. Nac.*, v. 39, 1917, p. 335, d. 3.324, anexa ao d. 3.317. Até recentemente, este e outros documentos cartográficos da mesma época eram arrolados pelos pesquisadores como sendo de autoria do brigadeiro João Massé. Ocorre que, após uma análise minuciosa, Corrêa-Martins (2014) comprovou que o plano de defesa não tinha nem sido escrito nem assinado por ele, e que também não era o autor das plantas que lhe eram atribuídas até então, além de não estarem assinadas, como alguns pesquisadores pensaram.

serão [como] as que mostra a planta”, informando ainda que o estado atual das obras era resultado de “outo ou noue mezes” de trabalho.

Anos mais tarde, no começo de 1718, o governador Freire de Meneses, em carta ao rei, informava que

A fortificação da cidade consta de duas fortalezas, que occupam dois oiteiros proximos e eminentes d’ella, a que chamam de São-Sebastião e da Conceição; entre elles corre uma distancia de 300 braças [660 m], em que está o muro, que forma nove angulos avançados, e [tem] quazi no meio a porta principal com um revelim, que o defende; da fortaleza de São-Sebastião corre pela ladeira a muralha (sic) do mar junto do forte de Santiago, e da fortaleza da Conceição continua o muro pela ladeira até o mar junto do trapixe dos terceiros [...]. A fortaleza da Conceição, que occupa o mais alto do monte, que fica ao norte da cidade, se acha tambem quazi acabada, com seu armazem de polvora, corpo da guarda e cisterna; necessita de acabar o fosso, parapeitos e alguns quarteis. N’esta obra as paredes interiores, que formam o parapeito, estão pouco seguras, e a cisterna esvahida. O muro do recinto da cidade, que corre d’esta fortaleza [da Conceição] á de São-Sebastião, se acha em todo este comprimento da ultima [=altura] de 8 palmos [1,76m], e em poucas partes de 10 [2,2m], tem-se observado na sua largura os 14 [3,08m] que lhe desenhou o brigadeiro Monte (sic), e tam bem na distancia dos contrafortes de 25 palmos [5,28m] de uns a outros.<sup>15</sup>

O mesmo documento declara que entre as 14 fortificações existentes, a da Conceição era a terceira em poder de fogo então, com 36 peças e mil balas (Meneses, 1892, p. 224-225).

Mas, ao contrário da fortaleza da Conceição, que foi concluída, o muro nunca o foi, e por vários motivos. Embora o governador Freire de Meneses afirmasse que o muro corria, em 1718, entre a fortificação já citada e o de São Sebastião, há que se chamar a atenção para a imprecisão do próprio governador, ao usar os termos “muro” e “muralha” como sinônimos, o que evidentemente não são. Outro aspecto ignorado até bem pouco tempo é que o muro especificado na relação de 1714 deveria ser construído entre os dois morros que tinham as fortificações, mas não encostas acima, e isto pode ser observado na “Planta da Cidade de Saõ Sebastião do Rio de Janeiro, com súas Fortifficaçoins”, pois ele não está desenhado nas encostas do morro do Castelo e no da Conceição a representação do muro muda, mostrando contenções realizadas ali, sendo que a letra “S” relacionada por convenção ao muro somente está na parte mais plana. Isto ocorria por causa da inclinação de suas encostas,<sup>16</sup> que já seria um sério obstáculo para as forças que atacassem vindas do interior. A referida carta do go-

---

<sup>15</sup> Meneses (1892, p. 223-224), diferentemente do que escreveu Bueno (2009, p. 124-125).

<sup>16</sup> Embora o morro do Castelo tenha sido arrasado na década de 1920, o morro da Conceição ainda existe, tendo quase todas as suas encostas cobertas por edificações, exceto na parte por onde deveria ser construído o muro, devido à dificuldade em se edificar ali.

vernador em 1718 reforça isso, ao registrar que a distância entre os dois morros onde o muro se erguia era de trezentas braças (ver figura 1).

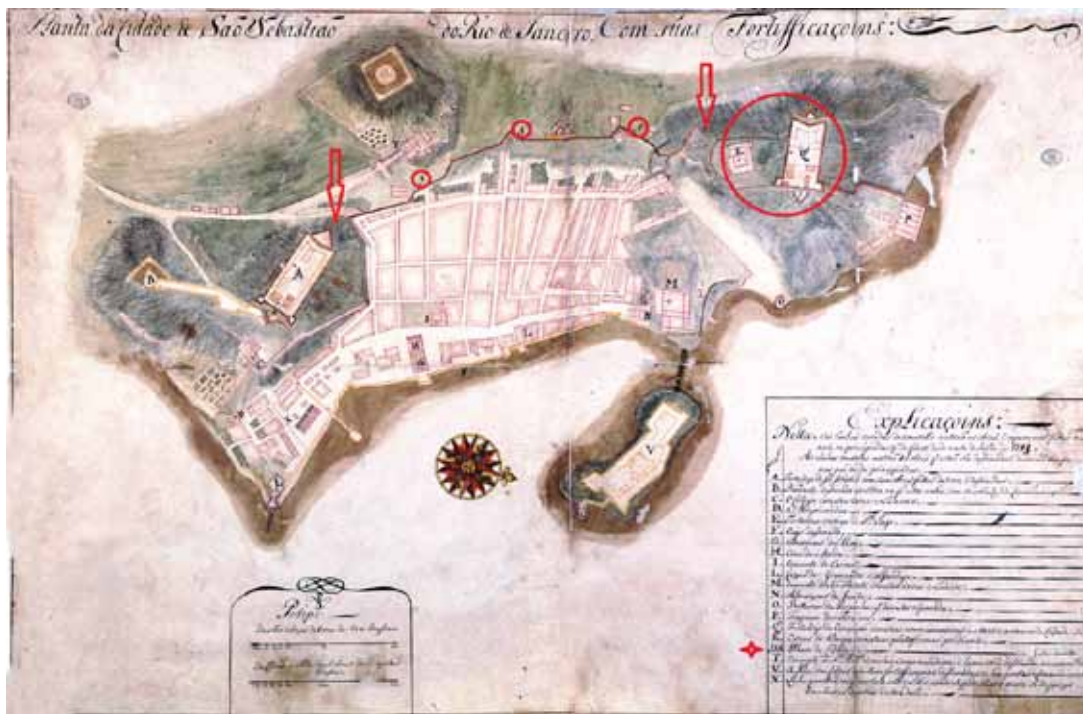


FIGURA 1. Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com suas Fortificações, 1712-1713. 87 x 57,5 cm. Duas escalas em braças, porção central inferior. AHU\_CU\_017-01, cx. 16, doc. 3.324, anexa à consulta AHU\_CU\_017-01, cx. 16, d. 3.317. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa. Destacadas as simbologias relativas ao muro e à área ocupada pelo palácio episcopal e fortaleza da Conceição no morro de mesmo nome. As setas mostram que o muro projetado não está desenhado nas encostas, ou seja, ele não seria construído ali

Por outro lado, não havia estimativa do volume de pedra necessário para essa obra, o que fazemos agora. Ora, a rocha mais comum e aflorante em vários pontos e morros da cidade, como o da Conceição, e que foi extraída de diversas pedreiras e lavrada até o século XX, é o gnaíse. Sabendo-se que teria de ser feito de pedra, sendo o gnaíse a mais comum na área então ocupada pela cidade, com densidade média de  $2,6 \text{ g/cm}^3$ , e utilizando as medidas mais conservadoras em relação à altura, alcançadas em 1718, estimamos que o equivalente a mais de nove mil toneladas de gnaíse já haviam sido utilizadas até então em sua construção.<sup>17</sup>

<sup>17</sup> O equivalente ao peso de cerca de oito cristos redentores (peso individual de 1.145 toneladas, segundo <<http://www.rio.rj.gov.br/web/riotur/exibeconteudo?id=157317>>) ou pouco mais de uma torre Eiffel, na época de sua inauguração (7.300 toneladas de acordo com <<http://www.toureffel.paris/fr/tout-savoir-sur-la-tour-eiffel/dossiers-thematiques/69.html>>). Isto sem levar em conta os alicerces, dos quais não há especificações.

Mas para que se atingisse a altura estipulada para a plataforma no projeto por Massé, seriam ainda necessárias mais de 18 mil toneladas de rochas.<sup>18</sup> Ou seja, em 1718 pouco mais de 30% do projeto do muro estava concluído. Se o ritmo anterior fosse mantido, sua construção só terminaria por volta de 1726, e tais números nos permitem ter uma noção de sua grandiosidade e, obviamente, da dificuldade em construí-lo.<sup>19</sup>

Contudo, com o passar do tempo, as lembranças das invasões francesas foram se apagando, e somadas à percepção dos problemas crônicos do projeto, tais como a necessidade de material já exposta, e a exclusão das fontes de água potável para a população, a obra do muro acabou por ser lentamente deixada de lado, assim como outras previstas no “plano de Massé”, a exemplo da fortificação no alto do morro de Santo Antônio. Em 1726,<sup>20</sup> o governador Luís Vahia Monteiro<sup>21</sup> escrevia ao rei que “o muro que deixou principiado o brigadeiro João Massé, o qual muro ainda [que] acabado fica indefeso, e condenado do Monte de Santo Antônio a tiro de espingarda [cerca de 100m], que são as baterias com que por aquela parte pode ser atacado o dito muro sem embargo de se ter principiado com a grossura capaz de resistir a canhões de bater”.

E aqui outro aspecto do muro, que é pouco lembrado. Sua plataforma não tinha dimensões para receber peças de artilharia (Castro, 2009, p. 258), ou seja, somente soldados a pé poderiam percorrê-lo e defendê-lo quando estivesse pronto. Desse modo, sua edificação foi abandonada, e antes de 1750 já se construía perto dele, bem como suas pedras começavam a ser tiradas, restando apenas vestígios ao final do século XVIII.

## **NO MORRO, ENTRE A ORAÇÃO E O CANHÃO: O PALÁCIO EPISCOPAL E A FORTALEZA DA CONCEIÇÃO**

A construção da fortaleza da Conceição obedecera, como foi exposto, às necessidades de funcionar como um dos baluartes do “muro” projetado, e, também, porque estava em uma posição que dominava o interior da cidade e a região da Prainha. Acontece que aquela fortificação não era a primeira construção naquele morro.

Em 1634, “pouco mais, ou menos”, fora construída por Miguel Carvalho Cardoso perto do alto de um morro que estava dentro de sua chácara, uma ermida em invocação de N. Senhora da Conceição a qual, com o passar dos anos, organizou-se “huma confraria, ou irmandade” na cidade, festejando a santa. Em 1655, sua viúva, Maria Dantas, doou a capela para os carmelitas, que não tomaram posse da mesma. Em 1659, os capuchinhos franceses pediram autorização para edificar um hospício junto à capela, mas só em 1668 tomaram

---

18 Ou seja, mais 17 cristos-redentores ou 2,5 torres Eiffel.

19 Pelo que expusemos, não concordamos com Castro (2009, p. 215), que considerou que o muro seria viável “se construído o forte no morro de Santo Antônio” e que “também seria pouco oneroso”.

20 Segundo um dos primeiros pesquisadores a se debruçar sobre o tema, que foi Azevedo (1877, v. 2, p. 464), os custos com o muro, até aquele ano, atingiram a cifra de cem mil cruzados.

21 Luís Vahia Monteiro ao rei de Portugal, 7 de julho de 1726 (apud Castro, 2009, p. 259).

posse da mesma, ao qual acrescentaram a terra que compraram, “que lhe era necessaria, para fazerem hũa cerca, como fizeraõ, & cercaraõ de limoeyros” (Santa Maria, 1723, p. 32-33; Azevedo, 1877, v. 1, p. 329-330; Fazenda, 1921, p. 385). Ali viveram até que, por não se submeterem ao juramento de fidelidade imposto pelo monarca lusitano, foram expulsos das colônias portuguesas, e o frei Mateus du Croisic foi o último a deixar o hospício,<sup>22</sup> por volta de 1700 (Palazzolo, 1966, p. 34).

Pouco depois, em 1702,<sup>23</sup> chegava nomeado como bispo d. Francisco de São Jerônimo,<sup>24</sup> de 64 anos de idade (Palazzolo, 1966, p. 36), e, como a casa anteriormente ocupada pelos prelados agora estava servindo de residência aos governadores da capitania (Fazenda, 1921, p. 384), foi ordenado que se lhe pagasse 120 mil réis por ano para aluguéis, além de mais um conto de réis, com ordenado anual.<sup>25</sup> Por volta de 1706, d. Francisco solicitou e obteve o antigo hospício dos capuchinhos franceses para ali morar “porque he aquelle monte muyto retirado, ainda que contiguo aos arrabaldes da cidade” (Santa Maria, 1723, p. 34), gastando oito mil cruzados<sup>26</sup> para adequá-lo às suas necessidades, pedindo depois ao rei a restituição do que gastou, no que foi atendido,<sup>27</sup> e lá se instalando, ao que parece, no ano seguinte. Viveu ali tranquilamente até setembro de 1711, quando, no ataque francês ao Rio de Janeiro, Duguay-Trouin parece ter se instalado na casa do bispo, ao mesmo tempo em que colocou ali uma bateria para bombardear o centro da cidade, tendo d. Francisco fugido então para as Furnas, na Tijuca (Fazenda, 1921, p. 342).

Os franceses se foram com o produto do seu saque, o bispo voltou ao palácio e, em 1713, iniciou-se nos fundos da casa do prelado a construção da fortaleza da Conceição, cujas muralhas terminaram em 1715 e no princípio de 1718, embora ainda não inteiramente acabada, possuía mais de trinta canhões. Mas, em 1717, o bispo escrevera ao rei para, ao que parecia, queixar-se da belicosa vizinhança. Embora não tenhamos encontrado a correspondência do bispo, sabemos disso por meio da cópia da resolução do Conselho Ultramarino, e da resposta enviada ao governador da capitania, relativas à representação do prelado.

---

22 De acordo com d. Fernando Mascarenhas, “este pequeno convento constava de uma capelinha, cinco celas, refeitório e cozinha” (apud Palazzolo, 1966, p. 26).

23 Ou 1701 (Fazenda, 1921, p. 386).

24 Ou Hyeronimo, como aparece na documentação de época.

25 Arquivo Nacional. Lisboa, 7 de janeiro de 1702 – Ordem que Sua Majestade manda que ao Senhor Bispo se dem os mesmos cento e vinte mil réis cada anno para a aposentadoria de casas que se derão ao Bispo pelo seu antecessor [fl. 10v-11]; e Lisboa, 17 de fevereiro de 1702 – Ordem em que Sua Majestade manda que ao Senhor Bispo se fassa pagamento de seu ordenado e mantimento de hum conto de reiz cada anno [fl. 11-11v], Ordens régias 1681-1809, códice E-278 (Santos, 2015, p. 15).

26 Segundo Bluteau (1712b, p. 623), “hoje o *cruzado* de Portugal he moeda de prata, que val[e] quatrocentos, & outenta reis”. Logo, o gasto teria sido 3.840.000 réis.

27 Carta régia de 26 de fevereiro de 1707. Arquivo Nacional. Cartas régias, provisões, alvarás, avisos, portarias etc., de 1662 a 1821, v. 16, fl. 253, códice 952. Com a mudança para o hospício, o bispo deixou de receber os 120 mil réis anuais pagos a título de aposentadoria (relativo a aposento, morada, in Bluteau, 1712a, p. 434-435).



Em sua carta ao rei, d. Francisco de São Jerônimo informara que

*nas terras da Igreja da Senhora da Conceição, em que estão as casas em que vive e são residências dos Bispos, parecera ao Governador Francisco de Távora edificar uma fortaleza, que distava das ditas casas quarenta passos [66 m]; e que o sitio que occupava a fortaleza, e parte das terras que ficaram divididas umas das outras, eram da Igreja [...]; e que tambem de uma pedreira se tiraram mais de duas mil carradas<sup>28</sup> de pedra para o Muro da Cidade, e que assim estas como as terras se devem commutar por serem da Igreja; que quando Vossa Magestade fosse servido mandar dar uma lampeda, para a Capella de Nossa Senhora de 130\$000<sup>15</sup>, ficava commutado o valor e a consciencia socegada; que tambem se esta fortaleza atirasse, sem duvida arruinaria as casas que Vossa Magestade comprara para os Prelados, e que era desnecessario [ela] atirar [por] que para salvar sobejavam as [peças] das fortalezas que tem [da entrada da bahia] até dentro da Cidade em que se gastava demasiada polvora, e que esta [fortaleza] ficava metida muito alem e só serviria nas occasiões de defesa, que só assim se evitaria a ruína das casas.<sup>29</sup>*

Aqui temos a avaliação feita pelo bispo sobre a quantidade de pedra tirada da pedreira, que distava algumas dezenas de metros de sua morada, utilizadas para a construção do muro, já que não se conhece outro documento oficial com esse dado. Chama a atenção a pequena distância entre as vivendas e a capela, da fortificação que, com um número elevado de canhões, quando atirasse, realmente causaria transtornos na vizinhança pela propagação da onda de choque, sobretudo porque eram construções frágeis, na qual “todo no exterior era composto de pau a pique”.<sup>30</sup> Ou seja, o conjunto do palácio episcopal era então menor do que hoje, e muito mais humilde do que poderia parecer à primeira vista, não possuindo quaisquer “vitrais” como erroneamente afirmou Silva (2014, p. 209).

Por isso, quando o provedor da Fazenda da capitania do Rio de Janeiro foi chamado a opinar, respondeu “que a representação que a Vossa Magestade fez o Bispo de São Hyeronimo lhe parecia justa”, que a fortaleza construída está “nas terras da mesma Igreja [de Nossa S.<sup>ta</sup> da Conceição], e tão perto das casas em que vive o dito Bispo, que nas occasiões em que a dita fortaleza atirar, não deixaria de ser muito prejudicial ás ditas casas, pela pouca distancia em que [della] ficavam”, e que havia “outras muitas fortalezas que nas occasiões das salvas podiam para ellas bastar, e que dera rasão que esta o não fizesse pelo prejuízo referido”.<sup>31</sup>

---

28 “CARRADA, Carrâda. A carga de hũ carro.” (Bluteau, 1712a, p. 159). O que era transportado em uma carroça.

29 Sobre o que escreve o provedor da Fazenda Real da capitania do Rio de Janeiro, acerca da informação que lhe pediu, na representação que fez o Bispo Dom Francisco de São Hyeronimo. Cópias extraídas do Arquivo do Conselho Ultramarino, v. 25, fl. 18v e 19. Arq 1.1.25, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Grifos nossos.

30 Sobre a conta que deu o reverendo bispo do Rio de Janeiro acerca da ruína em que se acha o palácio da residência dos bispos daquela diocese... *Documentos Históricas*, Consultas do Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, 1726-1756, [Rio de Janeiro]: Biblioteca Nacional, v. XCIV, 1951, p. 204.

31 Sobre o que escreve o provedor da Fazenda Real da capitania do Rio de Janeiro, acerca da informação que lhe

Assim, a decisão do Conselho Ultramarino, referendada pelo rei, foi no sentido de que

por conta de Minha Real Fazenda semande fazer ahi a alampeda que o Bispo pede por compençação das terras earradas de pedra q tiraráo das q Saó pertencentes amesma Igreja de Nossa S.<sup>ra</sup> da Conceição para q sirva na Sua Capela eq tão bem nas ocasioes das salvas senão a tire da dita Fortalleza por lhe evitar eprejuizod q podem ter as Cazas q Saó da vivenda dos ditos Bispos pela pouca distancia emq ficaó dela, pois há nessa praça m.<sup>as</sup> Fortallezas das quais se podem fazer as ditas salvas.

Já que fora a Coroa, afinal, que gastara oito mil cruzados anos antes pelas obras ali feitas em 1706, e que além de existirem outras fortificações para fazerem as salvas protocolares, não “se-gastaria demasiada polvora e q esta [Fortaleza da Conceição] ficava metida m.<sup>to</sup> allem e Só ser-veria Nas occasioens dadas”,<sup>32</sup> ou seja, situada além do porto, então na atual praça XV, somente no caso de um hipotético ataque inimigo ela entraria em ação, evento que não mais aconteceu, o que levou alguns a afirmarem, sem base alguma, que a fortaleza fora proibida de atirar.

Alguns pesquisadores como Fazenda (1921, p. 342) e Castro (2009, p. 254)<sup>33</sup> chamaram a atenção para a indenização pedida pelo bispo, “uma lâmpada de prata (sic) para a capella, do custo de 130\$000!”, reputando-a como “uma indenização milionária”. Ocorre que embora saibamos que esse tipo de objeto religioso fosse, na época, feito de prata, em nenhum momento na documentação isso aparece escrito. Por outro lado, ao que equivaliam 130\$000 réis? Já vimos neste trabalho que o soldo normal de um brigadeiro era de 45\$000 réis mensais, e que o bispo recebera como aposentadoria anteriormente 120\$000 anuais. Por outro lado, segundo dados coligidos na época por André João Antonil, o valor da lâmpada equivalia a 130 arrobas<sup>34</sup> de “assucar mascavado macho”, a pouco mais de 16 rolos de tabaco, com oito arrobas cada na Bahia, ou 26 reses compradas também na Bahia (Antonil, 1837, p. 111, 136 e 204). Era um valor respeitável, mas não tão alto como muitos pensaram. Por que razões o bispo pedira algo de um valor que era relativamente pequeno, frente às perdas que teria sofrido?

Acreditamos que a resposta tem duas partes. Com relação à terra, o seu valor era baixo no início do século XVIII, já que havia disponibilidade dela, mesmo que contivesse uma pedreira, como era o caso. Mas o principal motivo, em nossa opinião, é que o bispo queria, de fato, obter uma solução para a questão dos danos à sua vivenda que os tiros da fortaleza causavam,<sup>35</sup> logrando alcançar seus objetivos.

---

pediu, na representação que fez o Bispo Dom Francisco de São Hyeronimo. Cópias extraídas do Arquivo do Conselho Ultramarino, v. 25, fl. 19v. Arq 1.1.25, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

32 Carta régia de 23 de dezembro de 1718. Arquivo Nacional. Cartas régias, provisões, alvarás, avisos, portarias etc., de 1662 a 1821, v. 20, fl. 205, códice 952.

33 Esse autor se confundiu, ao escrever que a indenização fora pedida “pela destruição de uma luminária e pelos danos causados pelos disparos”.

34 Uma arroba equivale a 14,686 kg.

35 E isso não tinha nenhuma relação com um hipotético “horror ao cheiro de pólvora” insinuado por Fazenda

Quanto à fortaleza da Conceição, embora continuasse a ter canhões nela montados, era ocupada, sobretudo, por seu comandante e família, que a usava como residência, uma prática também em uso na fortaleza de São Sebastião, já que as fortificações dentro da cidade do Rio de Janeiro só eram guarnecidas por pessoal quando a necessidade se impunha, concentrando os poucos artilheiros existentes naquelas localizadas na entrada na baía da Guanabara, o que gerava uma economia de recursos para a administração real, embora evidenciasse uma segurança deficiente.

Dessa fortaleza existem dois documentos cartográficos distintos, um apenas com a planta desenhada e identificação das construções internas,<sup>36</sup> e outro contendo tanto a planta quanto uma perspectiva da fortaleza, ambos datados de 1730, sendo o último de autoria do padre matemático Diogo Soares, mostrando que suas dimensões, inclusive os revelins colocados à frente e à retaguarda, eram de pouco mais de 140 m de comprimento por 70 m de largura, e com sua ponte elevadiça na única entrada, o mesmo tamanho com que fora desenhada na “Planta de cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com suas fortificações” já referida, mas com um desenho interno distinto, com mais construções do que vemos na planta do sacerdote jesuíta, onde notamos também que a forma de acesso às plataformas dos canhões foi alterada (ver figura 2).

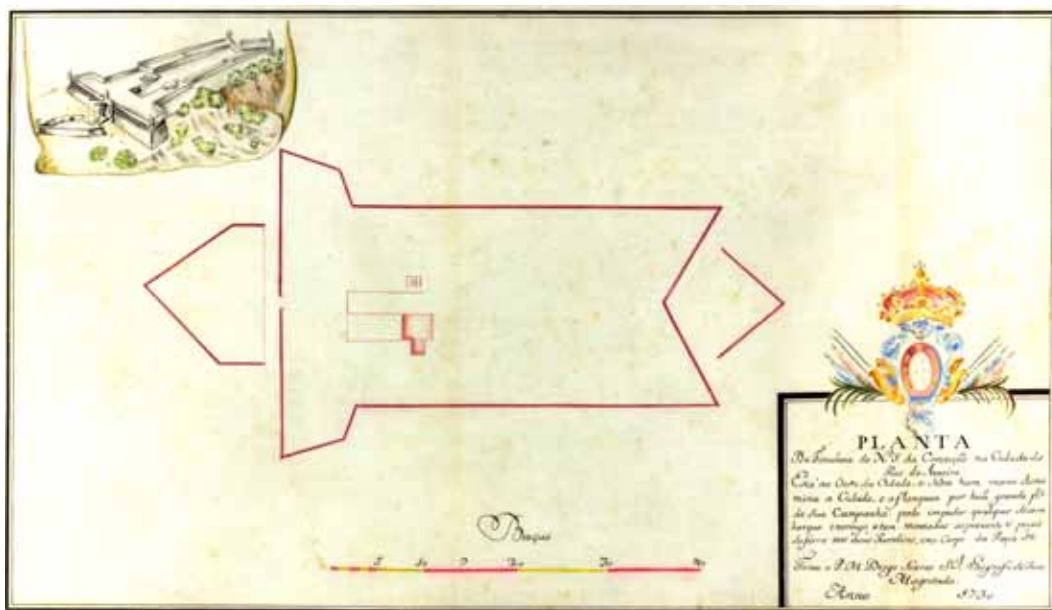


FIGURA 2. Planta da fortaleza de N. S. da Conceição na cidade do Rio de Janeiro, do P.[adre] M.[atemático] Diogo Soares, 56 x 36,5cm, escala gráfica em braças. N. 620, 04.02.620. Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx), Rio de Janeiro

(1921, p. 342). D. Francisco pediu e obteve a licença de ir para o reino tratar de sua saúde, a qual terminou por não utilizar, conforme Arquivo Nacional, Ordens régias 1681-1809, códice E-278 (Santos, 2015, p. 16, 18 e 19). É bom lembrar que, em 1717, ele tinha 79 anos de idade, e faleceu quatro anos depois.

<sup>36</sup> Planta da fortaleza de N. S. da Conceição na cidade do Rio de Janeiro, 1730. 19,7 x 32,3 cm, escala gráfica em palmos, canto superior direito. AHU\_CARTm\_017, d. 1.085. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa.

Enquanto isso, o tempo cobrava seu preço à fragilidade das estruturas do palácio episcopal levando, em 1747, a que o bispo, d. frei Antônio do Desterro Malheiro, solicitasse ao rei que fosse reformada sua residência, que “em muitas partes ameaçava ruína”, e por isso pedia para “pôr de pedra este exterior antigo”. Somente dois anos depois é que pedreiros e carpinteiros, após exame, confirmaram “que as paredes exteriores se achavam muito arruinadas por serem feitas de pau e sustidas sobre pilares incapazes, estando podres os vigamentos, e mais a obra daquela antiga morada”, orçando o serviço em “vinte e cinco contos” de réis. Mas, após o exame que fizeram o governador Antônio Gomes Freire de Andrade, o futuro conde de Bobadela, e o coronel e engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, estes “acharam [que] seria muito mais conveniente abater o dito palácio e ficar térreo e unindo o terreno do mesmo monte à fortaleza da Conceição”, e “fechado o dito terreno fazer naquelas casas acomodação para um corpo de infantaria”, que seria sua guarnição, “pois a presente tem quartel para pequeno número”, e fazer um novo palácio episcopal junto à “nova praça da Sé [o atual largo de São Francisco]”.

Mas o parecer do Conselho Ultramarino, em novembro de 1751, foi contra a demolição do palácio e uso do terreno para a construção de quartéis para tropas, concordando em mandar “fazer de pedra e cal o exterior antigo daquele palácio, *remetendose-lhe planta da fronteira dele que por estar em sítio eminente fará elegante prospecto à cidade*”, arbitrando o total de gastos em vinte contos de réis a serem gastos em quatro anos.<sup>37</sup>

A conformação que então assumiu a vivenda do bispo está materializada em uma planta que nos permite ver também a muralha da fortaleza, bem como o terreno entre elas, ocupado por canteiros de hortaliças, algo que ocorria desde o século anterior. Há, contudo, um erro na planta, pois a linha “A, B.” identificada como “muralha da fortaleza” é, na realidade, um muro de contenção construído, destinado a estabilizar tanto o terreno da horta, a face sudoeste do palácio (ver figura 3), como o final da ladeira que levava até a casa do bispo, hoje conhecida como rua Major Daemon<sup>38</sup> e que, no século XIX, era “uma rua íngreme e mal calçada”.<sup>39</sup>

---

37 Sobre a conta que deu o reverendo bispo do Rio de Janeiro acerca da ruína em que se acha o palácio da residência dos bispos daquela diocese... *Documentos Históricos*, Consultas do Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, 1726-1756, [Rio de Janeiro]: Biblioteca Nacional, v. XCIV, 1951, p. 204, 205, 206 e 207. Nesse mesmo documento se diz que “os dois regimentos daquela praça não são bastantes para as guarnições das fortalezas que se acham feitas” (p. 208), confirmando o que escrevemos anteriormente sobre os efetivos militares. Grifos nossos.

38 E não como pensaram, entre outros, Carvalho et al. (2000, p. 23-24) e Castro (2009, p. 260 e 261), que seria um trecho do muro “projetado” por João Massé.

39 Segundo Azevedo (1877, v. 1, p. 330), que forneceu uma descrição do palácio episcopal na segunda metade do século XIX (p. 330-331). Foi naquele século que se estabeleceu então a ligação entre a ladeira do bispo, atual Major Daemon, e a fortaleza, com a retirada de dois arcos que obstavam a passagem.

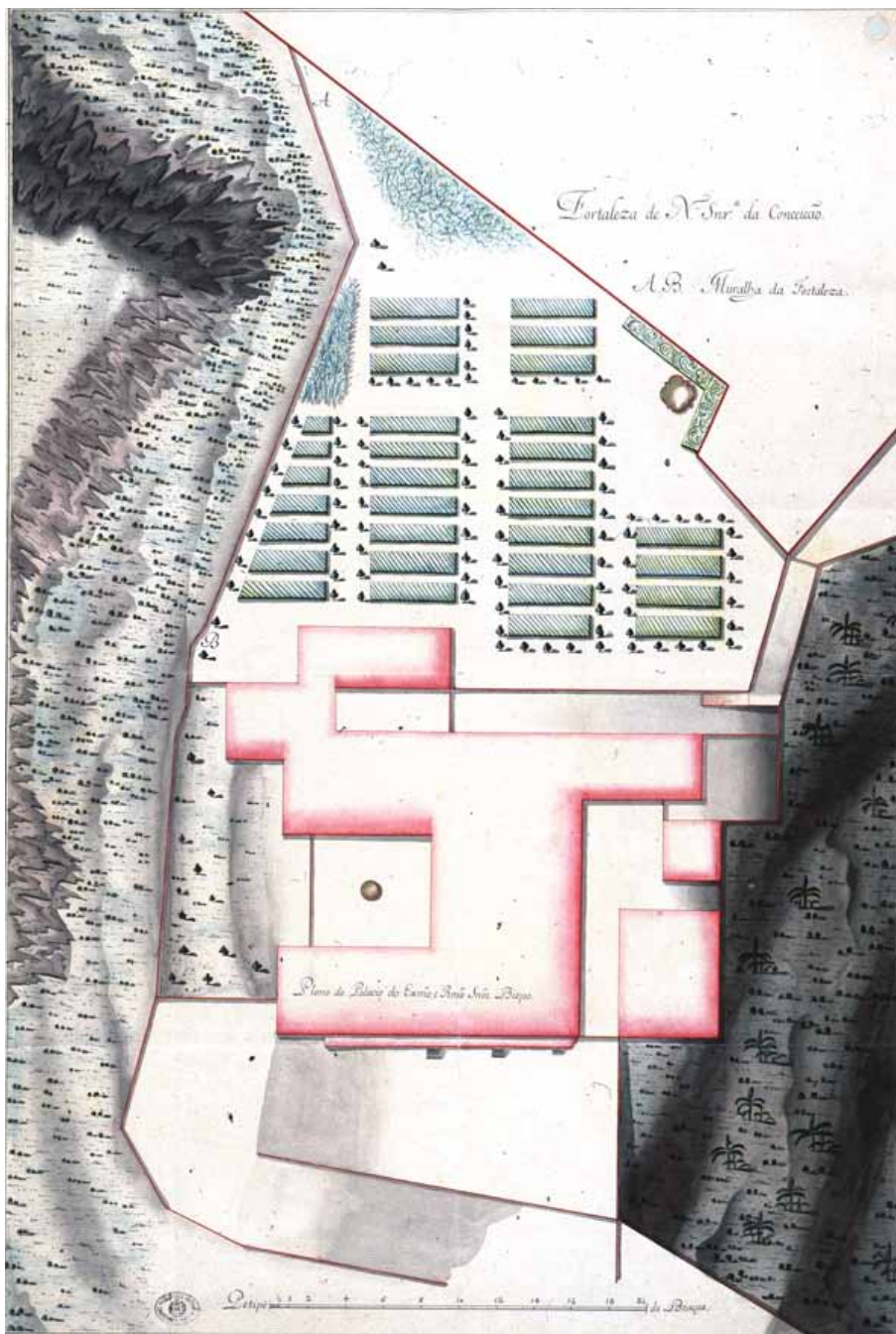


FIGURA 3. [Fortaleza de N. Sr.ª da Conceição e Plano do Palácio do Exm.º e Rm.º Snr.º Bispo], [ca. 1751], 51,6 x 34,4 cm, escala gráfica em braças. Lista da Seção de Cartografia do AHU: 218, AHU\_CARTm\_017, d. 1.101. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa

Como vimos, a fachada que o antigo palácio episcopal exibe hoje é, em grande parte, fruto daquele projeto enviado de Portugal em 1752,<sup>40</sup> ao qual se adequaram as outras faces e, internamente, as alterações aconteceram dessa época em diante, até bem próximo dos dias atuais (ver figura 4).



FIGURA 4. Palácio do bispo (morro da Conceição), desenhado e litografado por Pedro Godofredo Bertichem. Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Enquanto o palácio passava por uma reforma, a fortaleza vizinha, a única edificação que restaria do plano de 1714 no continente, padecia de sua inutilidade como meio defensivo.<sup>41</sup> Tendo em vista a necessidade de guardar adequadamente o armamento da capitania do Rio de Janeiro e da agora capital do Vice-Reino, para evitar sua deterioração quando inativo, o conde da Cunha decidiu construir, em 1765, uma casa de armas<sup>42</sup> naquela fortificação,<sup>43</sup> e que teria recebido pinturas de José de Oliveira, “mas a broxa do caiador destruiu a obra do

<sup>40</sup> E quem seria o autor desse projeto, hoje desaparecido? A expressão “fará elegante prospecto” parece indicar que seu autor deveria ter feito projetos que não militares. Naquela quadra, um nome importante era o de Carlos Mardel. Seria dele o projeto?

<sup>41</sup> Ressaltamos que a fortaleza de São José da Ilha das Cobras, embora proposta em 1714, só seria efetivamente construída a partir de um projeto distinto, de autoria do brigadeiro José da Silva Paes (Castro, 2009, p. 288-289).

<sup>42</sup> Devido à sua forma estreita e alta, ficou conhecida como “capela”.

<sup>43</sup> Além de estar em um local mais distante, a fortaleza da Conceição não fora ocupada por particulares, como a de São Sebastião, onde casas foram construídas em sua esplanada e quintais estendidos até suas muralhas, conforme ofício do marquês do Lavradio, de 8 de janeiro de 1777 (apud Castro, 2009, p. 242).

artista”, segundo Azevedo (1877, v. 1, p. 211). Assim, embora ainda tivesse artilhada, a nova construção mudou efetivamente sua destinação passando, logo depois, sucessivamente, a abrigar uma oficina de armeiros e depois uma fábrica de armas, que alcançou o ano de 1900 (Cruz, 1862, p. 253-258; Castro, 2009, p. 254-257).

Além disso, a fortaleza da Conceição foi utilizada, desde a segunda metade do século XVIII até o fim do XIX, como cárcere, tanto de prisioneiros correccionais como políticos, da mesma maneira que outras fortificações brasileiras, tendo ficado o registro de alguns presos políticos, que destacamos por sua notoriedade. Na época em que Francisco dos Santos Xavier, mais conhecido como Xavier das Conchas, era o governador da fortaleza, entre 1791 e 1792, ali estiveram recolhidos dois inconfidentes mineiros, João Alves Maciel e Domingos Vidal de Barbosa, que teriam ficado encarcerados, segundo a tradição, em um xadrez existente sob a Casa de Armas, durante o julgamento até o degredo para a África. Em 1794, foi a vez de Manuel Inácio da Silva Alvarenga e Mariano José Pereira da Fonseca, o futuro marquês de Maricá, integrantes da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, ficarem lá presos por três anos (Garcia, 1937, p. 201, 208). Já em 1894, no governo do marechal Floriano Peixoto, como consequência da 2ª Revolta da Armada e da Revolta Federalista, a fortaleza da Conceição serviu de prisão para mais de trinta oficiais da Marinha e do Exército, entre eles o almirante Eduardo Wandenkolk, senador, que havia sido ministro da Marinha no governo provisório de Deodoro da Fonseca, e o general de brigada Antônio José Maria Pego Junior, que fora comandante do 5º distrito militar.<sup>44</sup>

No início do século XX, as perspectivas para o palácio episcopal e para a fortaleza da Conceição não eram das melhores. O palácio, que era considerado antigo, teve sua situação agravada, com a criação da primeira sé cardinalícia da América Latina no Rio de Janeiro em 1905, e considerou-se necessária a mudança do cardeal para um edifício com melhor apresentação, resultando então na saída do antigo prédio, prenúncio de seu abandono. Já a fortaleza tivera suas oficinas fechadas, pois haviam sido removidas para o novo Arsenal de Guerra, no Caju, e passara a ser usada para quartel de unidades militares, mas, por seu tamanho exíguo, teve esse uso abandonado e tornou-se local de residência para famílias de militares de baixa remuneração. Seu destino mudou quando o major Alfredo Vidal, um entusiasta da estereofotogrametria, convenceu o Estado-Maior do Exército da importância do domínio dessa então nova tecnologia para fins cartográficos, conseguindo que a fortaleza abrigasse, em 1917, o Serviço Geográfico Militar, que evoluiria até se tornar hoje a Diretoria de Serviço Geográfico (DSG) (Corrêa-Martins, 1995, p. 65-74).

Em 1928, o velho palácio passou para o Ministério da Guerra, que tencionava utilizá-lo como uma extensão da fortaleza, mas não sem antes dali serem exumados os restos mortais dos seis bispos que lá estavam enterrados (Palazzolo, 1966, p. 36). Contudo, crises

---

<sup>44</sup> Arquivo Nacional. Relação nominal dos presos políticos recolhidos a esta Fortaleza por ordem do Snr. Ministro da Guerra. Fortaleza da Conceição, 9 de março de 1894, (ass.) Octavio Gonçalves da Silva, cap.º comm.º Q6.LEG. ADM,MGU.1035.2 Fundo Floriano Peixoto – (Q6) Inventário Sumário dos Documentos Textuais.

políticas e problemas de verbas adiaram o início das obras, o que talvez tenha sido benéfico, na medida em que seu tombamento pelo atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1938, acabou por determinar que ele teria de ser restaurado, e não arrasado e substituído por uma nova construção. Uma reportagem da década de 1940 traz imagens que mostram a que ponto chegara sua degradação (Andrade, 1941, p. 24-25), situação revertida pouco depois com as obras que permitiram que a diretoria do Serviço Geográfico do Exército (SGE) ali se instalasse. Quando de sua transferência para Brasília, em 1972, as centenárias instalações foram ocupadas pela unidade militar hoje conhecida como 5ª Divisão de Levantamento.

## CONCLUSÕES

Em nossa exposição, vimos que após o saque sofrido pela cidade do Rio de Janeiro em 1711, a Administração Real decidiu pelo envio do brigadeiro João Massé, um oficial de infantaria francês, que estava a serviço do exército português, e que tinha o conhecimento prático de engenharia militar, para delinear e propor construções defensivas em algumas cidades brasileiras, entre as quais a praça do Rio de Janeiro, tarefa na qual foi coadjuvado pelo governador da capitania do Rio de Janeiro, Francisco de Távora.

Ficou evidente que ambos trabalharam de comum acordo na formulação do plano de 1714, no qual, para além das fortificações que posteriormente foram construídas, como no caso da ilha das Cobras, estabeleceram a necessidade da edificação do “muro da cidade”, e que teria a fortaleza da Conceição como apoio, além da já existente fortaleza de São Sebastião.

Ocorre que o projeto tinha sérios problemas. O muro que, de fato, era uma verdadeira muralha, demandaria para sua conclusão um gasto muito elevado, em tempo, mão de obra e materiais, a um custo de trezentos mil cruzados, e cuja eficácia não era grande. Tanto é que não foi concluído, e o que foi erigido desapareceu, usado em construções particulares. O muro marcou muito mais a memória do que a história ou o tecido urbano do Rio de Janeiro. A ideia de uma “muralha” que vedaria parte da cidade foi e é uma imagem poderosa que resistiu ao tempo, mas que necessita ser revista, na medida em que nunca se efetivou.

Caso exemplar de decisão precipitada, o projeto e a construção da fortaleza da Conceição só visaram à proteção ao muro e à região da atual praça Mauá, sem levar em conta a questão de sua posição no alto do morro, recuada em relação ao litoral que deveria defender, além de estar distante do principal objetivo ou alvo de uma ação inimiga, o porto e o centro da cidade do Rio de Janeiro. Caso ela tivesse sido construída no mesmo morro, só que mais ao norte, e com um formato diferente, talvez os argumentos do bispo fossem menos eloquentes. Mas, além da proximidade, a ocupação de terras da Igreja, aliada à fragilidade pouco lembrada do primitivo palácio episcopal acabaram por suscitar a ordem de restrição da fortaleza fazer salvas, equivocadamente entendida por alguns como uma proibição de atirar. E, a partir de 1718, parecia que a trajetória dessas duas edificações, de finalidades tão distintas, só iriam se distanciar.



Afinal, enquanto na segunda metade do século XVIII o palácio episcopal tomava a forma como chegou aos dias atuais, apesar de um “bota-abaixo” ter sido proposto e, felizmente, recusado, a fortaleza vivia um período de inatividade e quase inutilidade, até que o conde da Cunha, primeiro vice-rei na nova capital da colônia, decidiu construir ali a Casa de Armas, o que deu novo uso à fortificação por mais de 130 anos. Mas o século XX parecia ser o último para ambos, pois o palácio fora deixado de lado para residência do novo cardeal por ser vetusto, enquanto a fortaleza tornava-se ponto de parada de tropas e, depois, simples moradia para militares de baixa renda e suas famílias.

Mas as coisas correram de forma diversa, e embora a velha morada dos prelados do Rio de Janeiro tivesse chegado a quase total ruína, veio da fortificação que ameaçara sua integridade no passado a possibilidade de recuperar muito de sua antiga aparência. Assim, as trajetórias do palácio episcopal e da fortaleza da Conceição se modificaram ao longo do tempo, inicialmente com um caráter conflitivo, seguindo então caminhos paralelos, que a história acabou por tornar convergentes.

## Referências bibliográficas

ANDRADE, Carlos Sudá de. A fortaleza da Conceição. *Revista da Semana*, v. 42, n. 3, p. 24-25, 18 de janeiro de 1941.

ANTONIL, André João [Andreoni, João Antônio]. *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas*: com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas, e descobrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da America meridional dá ao Reino de Portugal com estes, e outros gêneros e contratos reais. [2. ed.]. [Rio de Janeiro]: [Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Ca.], 1837.

AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 2 v., 1877.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, [...] uranologico, xenophonico, zoologico, autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos, e offerecido a El Rey de Portugal D. João V*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesu[s], v. 1, 1712a, v. 2, 1712b.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 111-153, jul./dez. 2009.

CARVALHO, Cláudia; NÓBREGA, Cláudia; SÁ, Marcos. Introdução. In: CZAJKOWSKI, Jorge. *Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. p. 5-24.

CASTRO, A. H. F. de. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

CHABY, Claudio [Bernardo Pereira] de (dir.). *Sinopse dos decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra: desde o estabelecimento deste Tribunal em 11 de dezembro 1640, até a sua extinção decretada em 1º de julho de 1834*. Lisboa: Imprensa Nacional, v. IV, 1874.

CORRÊA-MARTINS, F. J. General Alfredo Vidal: proposta para a concessão de denominação histórica da 5ª Divisão de Levantamento. *Anuário da Diretoria de Serviço Geográfico*, v. 30, p. 65-74, 1995.

\_\_\_\_\_. Análise comparativa do projeto e das plantas das fortificações do Rio de Janeiro atribuídas ao brigadeiro João Massé. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 2., 2014. Tiradentes, *Anais*. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/sh/zt3w506wh7czpbf/AABqecz0UVBFBUPB5Ef5e5Dga?dl=0>>.

CRUZ, J. de Sousa Pereira da. Acontecimentos da fortaleza da Conceição do Rio de Janeiro, 1844. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 453-458, 1862.

DUGUAY-TROUIN, René. *Mémoires de Monsieur Duguay-Trouin, Lieutenant Général des Armées Navales de France & Commandeur de l'Ordre Militaire de S. Louis*. Amsterdam: Pierre Mortier, 1746.

FAZENDA, J. V. Fortaleza da Conceição. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 140, p. 341-346, 1921.

FERREZ, Gilberto. *O Rio de Janeiro e a defesa de seu porto: 1555-1800*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972.

FORTES, Manoel Azevedo. *O engenheiro português: dividido em dous tratados. Tomo segundo, que comprehende a fortificação regular, e irregular: o ataque, e defesa das praças; e no Appendice o uso das armas de guerra*. Lisboa Occidental: Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1729.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *Os franceses no Rio de Janeiro*. 3. edição, revista, acrescida e anotada por Antônio de Souza Júnior. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

GARCIA, Rodolfo. Explicação [do] Almanaque da Cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1792. *An. Bibl. Nac.*, v. 59, p. 189-225, 1937.

MENESES, Antonio de Brito Freire de. Conta sobre a fortificação e a artilharia e mais fortalezas da praça e armazéns do Rio de Janeiro [datada de 2 de março de 1718]. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 85, parte 1, p. 221-226, jan./jun. 1892.

MOREAU, Filipe Eduardo. *Arquitetura militar em Salvador da Bahia séculos XVI a XVIII*. 2011. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. 373 p.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As fortificações de Salvador quando cabeça do Brasil*. Salvador: Fundação Gregório de Matos, 2004.

\_\_\_\_\_. A defesa da baía de Todos os Santos. In: CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PALAZZOLO, Jacinto de. *Crônica dos capuchinhos do Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1966.

PEREIRA, Cláudio (org.). *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 129-202.

PASSOS, Alexandre. *O Rio de Janeiro no tempo do "onça" (século XVI ao XVIII)*. [2. ed]. Rio de Janeiro: Liv. S. José, 1962.

PESSÔA, José; BICALHO, Maria Fernanda. Rio de Janeiro. In: PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio (org.). *Atlas de centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. p. 36-45.

SALOMON, Marlon. Segurança do território e segurança da população. *Proj. História São Paulo*, 27, p. 147-165, dez. 2003.

SANTA MARIA, Agostinho de. *Santuário mariano, e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, que se veneram em todo o Bispado do Rio de Janeiro, & Minas, & em todas as Ilhas do Oceano*. Tomo décimo e último. Lisboa Ocidental: Oficina de Antonio Pedroso Galram, 1723.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. E-278 – Ordens régias, 1681-1809. Um códice do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 8-54, 2015.

SEQUEIRA, G. de Matos. *Depois do terremoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, v. III, 1922.

SILVA, Deonísio da. *De onde vem as palavras: origens e curiosidades da língua portuguesa*. 17. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

SOUSA, Antonio Caetano de. *História genealógica da Casa Real Portuguesa, desde a sua origem até o presente, com as famílias ilustres, que procedem dos Reis, e dos Sereníssimos Duques de Bragança. Justificada com instrumentos, e escritores de inviolavel fé...* Tomo VIII. Lisboa: Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1741.

VITERBO, [Francisco Marques de] Souza (coord.). *Dicionário histórico e documental dos arquitetos, engenheiros e construtores portugueses ou a serviço de Portugal*. Vol. II H-R. [1. ed.]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.

---

Recebido em 30/11/2015

Aprovado em 2/12/2015